

CPI
CARTELIZAÇÃO DA CITRICULTURA

13.06.2017

AUDIOTEXT SERVIÇOS E CIA. LTDA. - ME**CPI - CARTELIZAÇÃO DA CITRICULTURA****13.06.2017**

O SR. PRESIDENTE - JOSÉ ZICO PRADO - PT - Havendo número regimental dos Srs. Deputados, declaro aberta mais uma reunião desta CPI. Em primeiro lugar, quero registrar a presença dos Srs. Deputados Marco Vinholi, José Zico Prado, Pedro Kaká, Chico Sardelli e Hélio Nishimoto. Quero aqui lamentar que eu não fui eleito presidente, e tenho sido mais presidente na Comissão do que qualquer um outro.

E quero registrar que gostaria muito de estar aí para acompanhar, mais do que dirigindo essa CPI. E vou falar isso com todos os membros, porque não fui eleito presidente. Cada vez que fico aqui me sinto tolhido de fazer os questionamentos que eu gostaria de fazer. Não me candidatei, não fui, não pedi, mas tenho feito o papel de presidente nas três últimas sessões.

Solicito à secretária que faça a leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. CHICO SARDELLI - PV - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - JOSÉ ZICO PRADO - PT - Pela ordem, nobre deputado Chico Sardelli.

O SR. CHICO SARDELLI - PV - Vou pedir a dispensa da leitura da Ata.

O SR. PRESIDENTE - JOSÉ ZICO PRADO - PT - É regimental o pedido de Vossa Excelência. Está dispensada a leitura da Ata da reunião anterior. Antes de ouvir, e aproveitando o quórum, queria colocar os requerimentos dos Srs. Deputados em discussão.

Requerimento 06/2017, de autoria do deputado José Zico Prado, solicitando ao Conselho Administrativo... Chico, vou passar a Presidência para você, porque o requerimento é meu.

O SR. CHICO SARDELLI - PV - Ok.

O SR. PRESIDENTE - JOSÉ ZICO PRADO - PT - Você tem os requerimentos?

O SR. CHICO SARDELLI - PV - Sim.

* * *

- Assume a Presidência o Sr. Chico Sardelli.

* * *

O SR. PRESIDENTE - CHICO SARDELLI - PV - Requerimento nº 06/2017, requer que o Conselho Administrativo de Defesa Econômica, o CADE, na pessoa de seu presidente, informe à CPI se os valores dos acordos de leniência mencionados no requerimento já foram depositados no Fundo de Defesa dos Direitos Difusos, em relação aos TCCs efetuados com as empresas Associação Brasileira de Exportadores de Cítricos Abecitrus; Bascitrus Agroindústria S/A; Sucocítrico Cutrale Limitada; Fischer Citrosuco Paulista; Coinbra-Frutesp; Cargill Agrícola S/A; Citrovita Agroindustrial Limitada, relativamente aos processos administrativos mencionados no requerimento.

Requer também, que se informe o porquê do acordo de leniência referente à formação de cartel no setor da citricultura com a Cargill Agrícola S/A ter sido o único cujo valor vai ser dividido em parcelas, enquanto os demais serão depositados à vista.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - Queria pedir desculpa, deputado Chico Sardelli, e agradecer pela leitura, mas como V. Exa. é suplente, então eu tenho que passar para o Marco Vinholi para colocar em votação. Queria agradecer.

O SR. PRESIDENTE - CHICO SARDELLI - PV - Feito o registro, sem problema.

* * *

- Assume a Presidência o Sr. Marco Vinholi

* * *

O SR. PRESIDENTE - MARCO VINHOLI - PSDB - Menos brilhante e competente do que nosso nobre deputado Chico Sardelli, mas vou fazer a leitura aqui. Colocando em discussão. Não havendo quem queira discutir, coloco em votação. Os deputados que forem favoráveis permaneçam como estão. (Pausa.) Aprovado.

De autoria do deputado José Zico Prado, requerimento número sete, de 2017. requer que o Conselho Administrativo de Defesa Econômica, CADE, na pessoa de seu Presidente, forneça à CPI, por mídia digital, a íntegra dos anexos com os "históricos de conduta" dos termos de compromisso de cessação TCCs firmados entre o CADE e as empresas Associação Brasileira de Exportadores de Cítricos Abecitrus; Bascitrus Agroindústria S/A; Sucocítrico Cutrale LTDA; Fischer Citrosoço Paulista; Coinbra Frutesp; Cargill Agrícola S/A; Citrovita Agroindustrial LTDA, relativamente aos processos administrativos mencionados no requerimento.

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, encerrada a discussão. Em votação. Os que forem favoráveis permaneçam, como se encontram. (Pausa). Aprovado.

* * *

- Assume a Presidência o Sr. José Zico Prado.

* * *

O SR. PRESIDENTE - JOSÉ ZICO PRADO - PT - Antes quero aqui registrar a presença do deputado Ricardo Madalena, também membro titular desta CPI.

Item três, requerimento nº 08/2017, do deputado Marco Vinholi, solicitando que sejam oficiadas as empresas Louis Dreyfus Company e Sucocítrico Cutrale Limitada, para que prestem informações sobre os questionamentos elencados no requerimento. Em discussão. Não havendo nenhum dos Srs. Deputados para discutir, em votação. Os deputados que estiverem de acordo, permaneçam como estão. (Pausa). Aprovado.

O SR. MARCO VINHOLI - PSDB - Pela ordem, Sr. Presidente. Só para questionar a parte técnica, foram as informações levantadas na última oitiva, se a assessoria técnica possui eles. Sim?

O SR. PRESIDENTE - JOSÉ ZICO PRADO - PT - Está registrado, Marco.

Item quatro. Requerimento 09/2017. De autoria do deputado Marco Vinholi. Solicitando que seja convocado o Sr. Paulo Ricardo Machado, leniente ao acordo com o CADE, referente ao Cartel da Laranja. Em discussão.

O SR. MARCO VINHOLI - PSDB - Desculpa, presidente. Só para registrar, este foi o leniente no acordo, Sr. Paulo Ricardo Machado, segundo me passou aqui o Dr. Antônio Júlio, a grande referência que pode nos dar uma luz sobre o que foi feito nesse acordo com o CADE, uma vez que foi ele que foi entregar as informações.

O SR. RICARDO MADALENA - PR - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - JOSÉ ZICO PRADO - PT - Pela ordem, deputado Ricardo Madalena.

O SR. RICARDO MADALENA - PR - Queria dar uma sugestão, que nem o item três aqui do nosso nobre deputado, colega Marco Vinholi, requer que sejam oficializadas as empresas. De repente as empresas mandam pessoas que não são exatamente da área que nós vamos ter necessidade de fazer o questionamento, isso ocorreu na semana passada, mandaram aqui diretor agrícola para falar em uma CPI, sendo que nós estamos investigando o cartel. Então eu gostaria de fazer uma sugestão para que se identifique a pessoa que responda pela empresa no sentido do acordo de leniência que foram feitos no passado.

O SR. PRESIDENTE - JOSÉ ZICO PRADO - PT - Deputado Marco Vinholi.

O SR. MARCO VINHOLI - PSDB - Só para esclarecer, como na oportunidade oitiva com essas empresas aqui, eles justificaram até de forma, e os presentes aqui, a gente começa a aprender um pouquinho mais, novo em CPI, mas nós fomos enrolados pelas empresas, esta é a verdade. Como disse o deputado Barros Munhoz, viemos para perguntar sobre basquete e mandaram o direto de voleibol. Então ninguém sabia de nada, ninguém conhecia laranja, ninguém sabia o que era suco e nós saímos sem as informações. Então aqui nós estamos fazendo o requerimento das informações por

escrito para que a empresa responsabilizada seja obrigada a responder os questionamentos de forma geral. Nós não estamos convocando aqui, deputado Madalena, nós estamos pedindo as informações que nos foram negadas na oportunidade da oitiva.

O SR. RICARDO MADALENA - PR - Perdão. Ok.

O SR. CHICO SARDELLI - PV - Pela ordem. Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - JOSÉ ZICO PRADO - PT - Pela ordem, deputado Chico Sardelli.

O SR. CHICO SARDELLI - PV - Eu não tive o prazer de poder estar presente com V. Exas. na oitiva passada, mas eu gostaria de uma informação, foi convite ou convocação a passada?

O SR. PRESIDENTE - JOSÉ ZICO PRADO - PT - Convocação.

O SR. CHICO SARDELLI - PV - Convocação. Então ok.

O SR. PRESIDENTE - JOSÉ ZICO PRADO - PT - Só para esclarecer, deputado Chico Sardelli e os membros desta comissão, quase que eles mandaram para nós os apanhadores de laranja.

O SR. CHICO SARDELLI - PV - Eu acho que é isso que nós temos que tomar cuidado na fala do...

O SR. PRESIDENTE - JOSÉ ZICO PRADO - PT - Eu acho que o Ricardo Madalena tem toda a razão, mas eu acho que esta é uma questão que nós temos que...

O SR. CHICO SARDELLI - PV - Mas isso é uma tática desse povo, eu lembro. Esse é o modos operandi desse povo, nós já sabemos disso aí, por isso não podemos vacilar, temos que ser duros porque tem culpa no cartório sim e terão que dizer aqui. Mandar igual foi mandado aquela primeira vez um da Catanduva e outro que não me

lembro, pra contar a historinha da carochinha, na hora que você aperta, ele efetivamente não sabe o que ele está fazendo lá, nem porque está aqui. Então aqui o nosso trabalho, o nosso mandato, não é uma brincadeira, nós estamos exercendo ele na plenitude e esta CPI tem muitos frutos. Aliás, muitas laranjas podres a poderem ser evidenciadas em tudo isso que aconteceu com essa cartelização da citricultura. Por isso eu peço à V. Exa., presidente está assumindo mais vezes no lugar do próprio presidente, que a gente tome cuidado de poder, efetivamente, indicar e convocar as pessoas adequadas para poder responder. Porque caso contrário, eu acho que cabe aí até uma punição ou um pedido de prisão direto aqui da CPI por não falar a verdade, melhor, por emitir, efetivamente, a verdade.

O SR. - Pela ordem, Sr. Presidente, só para anunciar a presença em plenário, na minha opinião um dos melhores prefeitos do interior, o João Dória da região, o prefeito Rômulo Ripa, do nosso município de Porto Ferreira. Um abraço, Rômulo.

O SR. PRESIDENTE - JOSÉ ZICO PRADO - PT - Eu queria perguntar para o deputado Ricardo Madalena se está tranquila a explicação do deputado Marco Vinholi.

O SR. RICARDO MADALENA - PR - Sim, com certeza. Mas não deixar de mencionar aqui o que o deputado Chico Sardelli, disse, que é uma realidade. Nós tivemos a CPI o ano passado, na qual o Chico foi o presidente e eu o relator, e isso é mais do que notório, que eles mandam pessoas que não tem conhecimento para ganhar tempo para ver se a CPI vai se arrastando aqui se findar e não serem ouvidos, esta que é a verdade. Então acho que é uma cautela que nós temos que ter sim.

O SR. PRESIDENTE - JOSÉ ZICO PRADO - PT - Em discussão. Não havendo mais Srs. Deputados para discutir, em votação. Os deputados que estiverem de acordo, permaneçam como estão. (Pausa.) Aprovado.

Item número cinco, requerimento número dez, de 2017, de autoria do deputado Marco Vinholi. Solicitando que seja convidado o Sr. Lourival Carmo Monaco, Diretor Presidente do Fundo de Defesa da Citricultura, Fundecitrus, para prestar informações sobre o Cartel da Laranja. Em discussão. Eu só queria perguntar para o Marco o que está convidando.

O SR. MARCO VINHOLI - PSDB - Sr. Presidente, apesar de eles não terem falado muita coisa, as empresas, mas a gente já vai acumulando um certo nível de informação. Então eu estou convidando aqui a Fundecitrus, e abaixo a Citrus BR, nós precisamos entender o papel de cada uma dessas entidades que foram montadas nessa questão como um todo. O Fundecitrus é fundamental na precificação da laranja, uma vez que ele coloca o tamanho da safra, precisamos entender qual é o papel dele nisso tudo. E o Citrus BR, acho que o pessoal da Faesp, da Associtrus e da Rural podem me esclarecer se eu estiver errando, é como se fosse mais um sindicato das empresas, tem mais ligação com as empresas, é um fórum mais deles. Então eu estou convidando os dois.

O SR. PRESIDENTE - JOSÉ ZICO PRADO - PT - Eu só estou questionando se é convite ou convocação, é só isso que eu queria deixar claro.

O SR. - Eu acho que deveria, se V. Exa. permite, de mudar de convidado para convocado.

O SR. MARCO VINHOLI - PSDB - Eu coloquei como convidado uma vez que eles são entidades representativas das classes, eu ainda não tenho o meu juízo formado de qual é o papel deles. E eu acredito que no convite eles virão de bom grado. Eu reitero minha sugestão, que seja feita via convite.

O SR. PRESIDENTE - JOSÉ ZICO PRADO - PT - Eu queria registrar minha posição referente a isso. Porque é uma CPI que nós estamos vendo aqui o quanto querem embromar, o quanto querem enrolar. E se a gente ficar nessa de convida, aí não vem, mais um requerimento. Se V. Exa. tem isso, a minha proposta é a seguinte, a nossa secretaria entra em contato se eles... Nós vamos convocar. Mas vamos dar essa primeira...

O SR. MARCO VINHOLI - PSDB - É possível? Então deixa aprovado aqui o convite, se não aceitar, vem via convocação.

O SR. PRESIDENTE - JOSÉ ZICO PRADO - PT - Exatamente. Em votação. Os Srs. Deputados que estiverem de acordo, permaneçam como estão. (Pausa.) Aprovado.

Item de número seis, requerimento número 11, de 2017, de autoria do deputado Marco Vinholi. Solicitando que seja convidado o Sr. Ibiapaba Netto, Diretor Executivo da CitrusBR, para prestar informações sobre o Cartel da Laranja. Em discussão. Também é a mesma questão.

O SR. MARCO VINHOLI - PSDB - Mesma questão, presidente. Sugiro o mesmo procedimento, se assim os pares entenderem.

O SR. PRESIDENTE - JOSÉ ZICO PRADO - PT - De acordo? Senhores membros desta CPI. Procede o mesmo critério do anterior. Em votação. Os Srs. Deputados que estiverem de acordo, permaneçam como estão. (Pausa.) Aprovado.

Requerimento número 12 do deputado Marco Vinholi, requer seja oficiada a empresa Citrosuco S/A Agroindústria, para prestar informações sobre os questionamentos elencados no requerimento. Em discussão. Não havendo nenhum dos Srs. Deputados...

O SR. CHICO SARDELLI - PV - Pela ordem, Sr. Presidente. Requer seja oficiada a empresa Citrosuco. Eu não entendi um pouquinho a formatação desse requerimento, deputado Vinholi.

O SR. MARCO VINHOLI - PSDB - Deputado Chico Sardelli, nós fizemos os questionamentos na oitiva e foram feitos uma série de questionamentos e na hora foi respondido assim: “se vocês oficiarem a empresa... Eu não tenho essa informação porque sou o diretor agrícola, porque sou o diretor de outra área”. Então aqueles mesmos questionamentos que nós fizemos na CPI será feito oficialmente aqui requerendo a informação.

O SR. PRESIDENTE - JOSÉ ZICO PRADO - PT - Se o deputado Chico Sardelli quiser, tem as perguntas do ofício aqui, eu gostaria que a secretaria passasse em vossas mãos.

Item número oito do deputado Barros Munhoz, requerimento número 13, de 2017. Requer seja convidado o Deputado Federal Antonio Carlos Mendes Thame, autor do Projeto de lei nº 3541, de 2012, que obriga as indústrias processadoras de laranja in natura a adquirirem percentual mínimo de 40% da matéria prima junto aos produtores rurais, em trâmite na Câmara dos Deputados, para prestar informações sobre a sua matéria.

O SR. - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - JOSÉ ZICO PRADO - PT - Pela ordem.

O SR. - Eu só não acompanhei, eu estava meio distraído, o item número sete foi colocado me discussão e em votação?

O SR. PRESIDENTE - JOSÉ ZICO PRADO - PT -O anterior?

O SR. - O sete.

O SR. PRESIDENTE - JOSÉ ZICO PRADO - PT -Desculpa, não foi colocado em votação, só em discussão. Voltando no item número sete, em votação. Os Srs. Deputados que estiverem de acordo, permaneçam como estão. (Pausa.) Aprovado.

O item de número oito do deputado Barros Munhoz Requer seja convidado o Deputado Federal Antonio Carlos Mendes Thame, autor do Projeto de lei nº 3541, de 2012, que obriga as indústrias processadoras de laranja in natura a adquirirem percentual mínimo de 40% da matéria prima junto aos produtores rurais, em trâmite na Câmara dos Deputados, para prestar informações sobre a matéria. Em discussão. Eu queria ressaltar aqui, eu acho muito importante se o deputado Mendes Thame puder vir. Porque eu fiz um projeto aqui nesta Casa com a mesma finalidade e foi rejeitado. Então seria bom que viesse para cá para esclarecermos e que esta CPI depois pudesse voltar a discutir um projeto dessa envergadura. Em discussão. Não havendo nenhum dos Srs. Deputados para discutir, em votação. Os deputados que estiverem de acordo, permaneçam como estão. (Pausa.) Aprovado.

Eu queria aqui, presente a esta reunião, convocada com a finalidade de proceder a seguinte oitivas, o Sr. Flávio de Carvalho Pinto Viegas, da diretoria executiva da

Associação Brasileira da Citricultura, a Associtrus. Queria pedir para o Viegas estar na Mesa junto conosco.

* * *

- Assume a Presidência o Sr. Fernando Cury.

* * *

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CURY - PPS - Boa tarde a todos. Antes de começar de fato os nossos trabalhos aqui sob a minha presidência, de agradecer ao colega, deputado Zico Prado, por ter conduzido os trabalhos até aqui. Agradecer também a tolerância dos nobres pares na semana passada, tivemos duas reuniões, desta importante CPI, e por motivos de saúde também não pude estar presidente, estive ausente. O nosso vice-presidente, o deputado Barros Munhoz e o nosso querido colega José Zico Prado também conduziam os trabalhos. E agora estamos aqui novamente, agradeço a presença de todos que estão conosco aqui nesta tarde.

E dizer que nós vamos abrir a palavra ao Sr. Flávio de Carvalho Pinto Viegas, presidente da diretoria executiva da Associação Brasileira da Citricultura, a Associtrus. E depois da exposição, ele vai ter um tempo para poder, com liberdade, explicar, falar, o que tem para dizer para esta comissão. E depois disso, sob inscrição dos nobres deputados que aqui estão presentes, nós vamos poder fazer os devidos questionamentos, ok? Sr. Flávio, por gentileza, o microfone está à sua disposição.

O SR. FLÁVIO DE CARVALHO PINTO VIEGAS - Muito obrigado. Boa tarde a todos. Agradeço o convite. E gostaria de tentar explicar e resumir um pouco a história desse cartel. Esse cartel tem praticamente 40 anos, mas ele foi se modificando ao longo do tempo. Em 1976, foi feita a primeira denúncia de cartel nesse setor, foi feito pelo deputado Herbert Levy. No ano seguinte, em 77, a Cutrale e Citrosuco, juntas, compraram três empresas, fecharam essas empresas e exploraram os pomares em conjunto até 1989. Esse processo correu no CADE até 1981 e o CADE inocentou as empresas.

Novamente, em 92, depois da venda da Frutesp, que as empresas também se organizaram para inviabilizar a Frutesp, atacando os clientes e fornecedores e

oferecendo preços muito superiores da média da época, inviabilizaram e a Frutesp foi comprada. E aí começou uma outra fase de cartel em que os citricultores foram altamente penalizados. Os preços que nessa época eles chegaram a oferecer dez dólares ou mais por caixa de laranja, no ano seguinte, após a venda da Frutesp, o preço caiu para dois dólares. Então foi claramente uma operação para inviabilizar a Frutesp e vender as empresas. A Frutesp era uma empresa de uma cooperativa, e ela distribuía parte do lucro. Então as empresas queriam terminar com esse processo. Isso foi feito através da inviabilização da Frutesp. Essa denúncia de 92 também foi arquivada pelo CADE.

Em 94, uma nova denúncia, aí sim foi feito um TCC. Só que esse TCC nunca foi cumprido. O processo começou em 1994 e em 23 de maio de 95, quer dizer, o processo correndo, as empresas fizeram um contrato de cartel, um contrato escrito de cartel. Esse contrato, inclusive, provavelmente o leniente vai trazer aqui e vai mostrar. Então as empresas não só fizeram o cartel, mas fizeram o cartel que previa penalidades para que não cumprisse, formas de compensação entre as empresas, uma coisa absurda. Mas mesmo assim o CADE optou por fazer o TCC e as empresas nunca cumpriram esse compromisso.

Em 99, houve uma outra, um ataque das empresas que deixaram de cumprir contratos, criaram uma série de mecanismos para prejudicar os produtores, provocar queda de fruta. E houve uma nova denúncia, que é o processo que terminou agora nesse último TCC. Esse processo, nós acompanhamos todo o tempo. Para vocês terem uma ideia, ele começou em 99 e esse acordo foi feito agora em novembro do ano passado, 2016. E o grande agravante desse processo é o seguinte, que o CADE está nos negando acesso aos resultados, aos termos do TCC. Nós tivemos acesso a uma versão pública, mas os procedimentos que eles confessaram a gente não tem acesso e isso dificulta uma eventual ação de indenização que os produtores possam colocar contra as empresas.

E essa proibição foi feita através de uma interpretação que a gente acha distorcida, de uma decisão da desembargadora federal aqui em São Paulo, Consuelo Yoshida, que decretou sigilo sobre os documentos apreendidos na busca e apreensão. Naquela ocasião dizia-se que tinham documentos que não tinham nada a ver com a questão do cartel, tinham documentos pessoais, tinham documentos que poderiam revelar documentos industriais, então a desembargadora decretou sigilo. Agora o CADE está dando uma interpretação dizendo que até o processo administrativo também está coberto por esse sigilo.

Então seria importante que esta CPI procurasse questionar o CADE a respeito dessa decisão, para que ele explique, baseado em que, onde esse acórdão da desembargadora leva a concluir que o processo administrativo que não tem nada que as informações, os documentos não estão lá, também está coberto por esse sigilo.

A outra questão é que a gente também precisa saber qual foi o período abrangido por este TCC. Os próprios conselheiros do CADE não quiseram dizer. Eles falaram que talvez tenha sido no período de 99 a 2005, 2006, mas isso também é uma coisa forçada, absurda, porque a gente sabe que o cartel teve continuidade, desde 94, desde 93, sem interrupção. E a denúncia do promotor aqui em São Paulo, do processo criminal, é bem claro, dizendo que o clima era contínuo e veio se repetindo através de todos esses anos. E a gente ainda afirma que esse cartel continua operando.

Se a gente olhar alguns dados que a gente obtém, inclusive do Cepea, que ele demonstra uma discrepância entre os preços pagos por uma categoria, para os produtores menores. Então você vê que tem aqui preço pago para o produtor menos, dois e 80, para o produtor maior, sete e 40. Outros casos, os produtores menores, três dólares, os maiores oito e 70. Isso é claro uma discriminação de preços que não poderia nunca ocorrer em um ambiente concorrencial. Porque é lógico, se tem alguém vendendo a três dólares, ninguém vai pagar oito e 70, se ele tem laranja da mesma qualidade por três dólares. Então essa discrepância, essa discriminação de preços é um indício grande de continuidade de cartel. E a gente tem esse gráfico que vamos deixar à disposição da CPI.

Uma outra questão é esse gráfico aqui que mostra que durante um certo período, desde os anos 60, 70, os preços estiveram em um certo patamar. Quando começou o cartel, os preços caíram para menos da metade do preço que estava anteriormente. E isso dá até para fazer uma estimativa do prejuízo que os produtores tiveram. Em uma estimativa bem grosseira, supera dez bilhões de dólares.

E a outra questão também importante, é que durante esse processo de cartelização, houve um grande plantio próprio por parte das indústrias. Então as indústrias que, praticamente, não tinham produção nenhuma, subiram. Hoje eles têm cerca de 50% do parque citrícola, das árvores de laranja no estado de São Paulo. Então isso é outra coisa que dá um poder de mercado brutal. A indústria tendo a fruta própria, ela retarda o que ela puder, a colheita dos pomares contratadores, dos pomares de terceiros, e obriga o produtor a aceitar qualquer condição de preço. Então a verticalização é uma questão seríssima e que o CADE nunca quis tratar. A gente entende que isso é uma forma de

concentração que deveria ter sido julgado pelo CADE. E o CADE alega que não tem cabimento esse julgamento.

E tem mais um caso importante, que é uma diferença entre os valores registrados em Santos e o valor desse mesmo suco na Europa. A gente não tem os números exatos porque a gente não tem acesso aos números corretos de venda do suco na Europa, mas uma estimativa que a gente tem baseada em alguns pontos, dá uma indicação também que você teve aqui em um período de dez anos, e isso se estendeu por um período maior, mas também uma diferença de dez bilhões de dólares, é quase um bilhão de dólares por ano entre os valores registrados em Santos e o valor desse suco na Europa. Isso pode representar evasão de divisas, evasão fiscal e prejuízo para o produtor, porque tem muito produtor que tem um contrato baseado no preço de venda do suco. Se a indústria reporta um preço menor do que o real, o produtor, na verdade, vai ter prejuízo.

Esses são os pontos principais que a gente gostaria que fossem debatidos e ver se a gente consegue avançar nessas questões.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CURY - PPS - Bom, encerrando aqui o tempo livre que o Sr. Flávio teve a oportunidade de nos expor algumas situações, gostaria de abrir a inscrição de uns dos deputados para que a gente pudesse fazer algumas perguntas, enfim, dar andamentos nos nossos trabalhos. Primeiro eu gostaria de dar a palavra para o nosso querido amigo deputado Ricardo Madalena.

O SR. RICARDO MADALENA - PR - Presidente, gostaria de fazer uma sugestão para a nossa CPI, que faça um requerimento ao CADE pedindo esse termo do TCC de 2016, que eu acho que, no meu ver, os procuradores estão aí, mas eu acho que nós temos poder para poder, mesmo estando sob sigilo, fazer essa solicitação e nos ser enviado para ter conhecimento. Não é seu Flávio? Não é isso?

O SR. FLÁVIO DE CARVALHO PINTO VIEGAS - Exatamente.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - Pela ordem, presidente. Eu fiz um requerimento nesses termos e foi aprovado na sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CURY - PPS - Mas com relação ao TCC de 2016?

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT -2016.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CURY - PPS - Joia. Então está bem.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT -E o termo de conduta todo que foi registrado lá no CADE.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CURY - PPS - Ok.

O SR. - Pela ordem.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT -Ricardo, acho que seria bom você tomar conhecimento, se tiver mais alguma coisa a acrescentar.

O SR. RICARDO MADALENA - PR - É que eu não estive na última, não participei.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT -Mas às vezes você tem alguma outra sugestão.

O SR. - Se me permite eu aparte.

O SR. RICARDO MADALENA - PR - Sim, pois não.

O SR. - Perguntar ao Dr. Flávio porque que até hoje não veio a público esse TCC?

O SR. FLÁVIO DE CARVALHO PINTO VIEGAS - Porque o CADE alega que esse acordo está sob sigilo decretado pela desembargadora aqui de São Paulo.

O SR. - E vocês não conseguiram em nenhum momento a abertura do que está dentro desse TCC.

O SR. FLÁVIO DE CARVALHO PINTO VIEGAS - Exatamente, não conseguimos. Tem uma versão pública, mas que não revela a questão mais importante porque pelo regimento interno da CADE, para empresa ter direito ao TCC, ela é obrigada a confessar a participação na conduta criminal. Então se a empresa assinou o TCC, ela deveria ter sido obrigada a confessar que participou do cartel. Agora, houve comentário em um determinado momento, em que o CADE aceitaria uma confissão parcial, confessar qualquer coisinha. Então eu acho que o importante é termos acesso documento para saber exatamente o que foi confessado nesse TCC.

O SR. - Presidente, dando continuidade à minha fala, gostaria de saber do Sr. Flávio se esses preços pagos pelos produtores pequenos de três dólares e os maiores de oito e 70, se esta pratica continua até hoje.

O SR. FLÁVIO DE CARVALHO PINTO VIEGAS - Nós acreditamos que sim. Nós temos um gráfico levantado pelo Cepea que vai até 2013. Nada indica que houve uma mudança nisso aí, a gente pode até verificar junto ao Cepea, porque eles fazem um levantamento sobre os contratos, sobre as negociações e eles sempre têm uma indicação de como está indo o processo. Mas a impressão que temos é que as coisas continuam da mesma forma.

O SR. - E isso no ver do senhor é legal essa prática no comércio ou é ilegal?

O SR. FLÁVIO DE CARVALHO PINTO VIEGAS - A fruta é exatamente a mesma, a diferença é imposta ao fornecedor. Então o fornecedor de menor poder de negociação vai receber dois dólares, três dólares e o produtor com maior poder de negociação, os grandes produtores, vão receber o triplo disso aí.

O SR. - Sr. Flávio, isso não poderia ser feito em sistema de cooperativa dos pequenos produtores para poder ser competitivo com os maiores?

O SR. FLÁVIO DE CARVALHO PINTO VIEGAS - Seria interessante, mas realmente há uma falta de cultura de associativismo aqui no Brasil. Os produtores dificilmente sabem se organizar e ficam à mercê dessas grandes indústrias que tem um poder de negociação e um poder de mercado brutal.

O SR. - E por último, Sr. Presidente, essa denúncia que nos traz aqui o Sr. Flávio, do preço praticado no porto de Santos e lá fora na Europa, eu acho que deveria ter uma apuração maior da CPI. Se o Sr. Flávio pudesse indicar alguns nomes pra gente convocar para falar sobre isso aqui, eu acho que seria de grande monta para a CPI.

O SR. FLÁVIO DE CARVALHO PINTO VIEGAS - Seriam as próprias indústrias que precisariam explicar porque essa divergência de preços. Porque você tem em alguns órgãos que publicam esses preços, os preços praticados na Europa. Mas aqui no Brasil você não tem nenhuma entidade. Para vocês terem uma ideia, nos Estados Unidos as indústrias operam lá também e elas declaram todos os preços pagos aos produtores, os preços de comercialização, o preço de venda, mas aqui no Brasil eles não são obrigados, não divulgam esses preços e a gente fica catando essas informações em vários pontos, mas não tem um panorama claro dessa negociação. Mas tudo indica, realmente, que existe essa diferença que precisa ser investigada.

O SR. - A minha parte é só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CURY - PPS - Pela ordem, pela palavra, deputado José Zico.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - Não é pela ordem, eu estou me inscrevendo.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CURY - PPS - Desculpa, eu que corrigi depois na sequência. Por gentileza.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - Eu queria que o Dr. Viegas pudesse, primeira questão, dizer essa quantidade de laranja, o senhor disse que hoje eles produzem quase 50% da produção está na mão da indústria. Se isso eles estão em crescimento ou acham que esse é o limite. Como é que vocês, nesses últimos anos, têm esse tipo de comportamento? Hoje eles estão com 50, amanhã podem chegar a 80. Como é que você o senhor vê isso?

O SR. FLÁVIO DE CARVALHO PINTO VIEGAS - Eu acredito que eles não tenham interesse em plantar 100% porque isso é um custo muito alto e um risco muito grande. Mas, provavelmente, até pode crescer em função da saída de produtores. Então os produtores menores vão ser excluídos do setor e eles mesmos que mantêm o mesmo pomar que tem hoje, a porcentagem deles pode crescer.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - Obrigado. O senhor tem uma estimativa de qual era o número que se tinha antes e o que se tem hoje de pequenos produtores? Pequenos e médios.

O SR. FLÁVIO DE CARVALHO PINTO VIEGAS - Olha, o número geral, nós éramos quase 30 mil, 28 mil e tantos produtores no início da década de 90, hoje são menos de oito mil. Eu tenho até esses dados, mas não trouxe aqui, mas deve ser 80%, 90% devem ser pequenos produtores. Para você ter uma ideia, esses pomares aqui estão em 150 propriedades, de mais de dez mil propriedades, 150 propriedades tem 50% do parque citrícola, em números redondos aí.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - Vocês já receberam algum tipo de indenização?

O SR. FLÁVIO DE CARVALHO PINTO VIEGAS - Não, nada. Nenhuma indenização.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - E essa indenização que o CADE aplicou, qual a expectativa dos produtores? Essa multa recorre? Qual a expectativa, Dr. Flávio?

O SR. FLÁVIO DE CARVALHO PINTO VIEGAS - Essa multa vai para um fundo de direitos difusos, então vai para órgãos de assistência social, várias finalidades, mas nada disso vai para os produtores.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - Mas a expectativa que vocês têm é isso aí, um valor irrisório.

O SR. FLÁVIO DE CARVALHO PINTO VIEGAS - 300 milhões de reais é irrisório. O que eu estou falando, uma estimativa grosseira, é coisa de dez bilhões de dólares ou mais, o que eles se apropriaram dos produtores. E estão pagando aí 300 milhões de reais, isso é um real por caixa que eles processam no ano. É um valor ridículo.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - Qual foi o entendimento dessa juíza? De como é que você faz um acordo e só um lado sabe? É uma coisa inexplicável.

O SR. FLÁVIO DE CARVALHO PINTO VIEGAS - Esse acordo foi feito em uma outra fase. O processo é de 99 e a busca e apreensão foi em 2006. O processo correu na primeira instância até 2010. Em 2010 a desembargadora deu a sentença. Mas antes de dar a sentença ela fez uma reunião com as indústrias, com o CADE e acordou uma sistemática de acesso aos documentos. Porque a indústria dizia que naqueles documentos apreendidos tinha muita coisa que não se referia ao caso, ao cartel e, portanto, eles corriam o risco de terem os segredos industriais revelados para outras empresas.

Mas agora nesta fase, depois do CADE, o processo administrativo do CADE já não trata mais, não tem mais os documentos, o processo não carrega esses documentos que seriam documentos sigilosos. Então não há nenhuma razão para manter o sigilo nessa fase, é a outra fase do processo. Nós queremos acesso a sentença do CADE, a decisão do CADE, não queremos acesso ao processo, a investigação que foi feita anteriormente.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - Obrigado, presidente, obrigado Viegas.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CURY - PPS - Gostaria só de informar o deputado Ricardo Madalena, conforme disse o deputado José Zico, foi aprovado o requerimento e esta comissão já deu o andamento necessário para que a gente pedisse a íntegra dos anexos dos históricos de conduta dos termos de compromisso e de cessão, que são os TCCs, que foram firmados entre o CADE e as empresas, em questão, então, acho que já está aí a sugestão de V. Exa., já foi encaminhada na reunião passada.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT -Só para ficar claro, que eu acho que o Ricardo Madalena tem razão, queria aproveitar a presença do Viegas aí, que a gente pudesse fazer uma... Nós não queremos nenhum documento de negócio das empresas, o que nós queremos deixar claro é isso que o Dr. Viegas está dizendo, o que nós queremos é o acordo. Eu acho que a CPI também, só não está querendo nenhuma. Porque eles exploraram muito isso na reunião anterior. Foi o que mais exploraram, disse que é segredo da empresa, dos negócios, eu estou me lixando para os negócios dele, mas eu quero dizer que eu quero saber o acordo. Então eu acho que o requerimento que eu fiz vai nessa direção para que a gente possa ter o acordo do TCC que já foi feito.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CURY - PPS - Mais algum deputado nesse momento gostaria de se inscrever?

O SR. PEDRO KAKÁ - PODE - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CURY - PPS - Deputado Pedro Kaká, por gentileza.

O SR. PEDRO KAKÁ - PODE - Quero cumprimentar todos. E dentro da exposição clara, sintética do Sr. Flávio de Carvalho Viegas, deixou bastante claro que nos últimos 40 anos, ou seja, desde quando Herbert Levy fez a primeira denúncia em 1976, esse processo de cartelização permanece. E a segunda coisa que parece que está implícito, ao invés de diminuir, ele se aprofunda. É claro que para quem conhece um pouco do processo produtivo, industrial, a nenhuma grande empresa nesse setor interessa ter 100% da produção por uma questão de diminuir seus custos. Mas garantindo, pelo menos, com 50%, como o senhor mesmo colocou, ele tem o controle do mínimo necessário e o restante ele vai buscar no mercado. E para isso, os pequenos produtores são importantes, são necessários.

Todavia, os números que vossa senhoria revelou, de quase 30 mil produtores, hoje o senhor disse que tem menos de oito mil produtores. Uma atividade, principalmente na fruticultura, que todos nós sabemos, que tem a capacidade em empregar, mais do que muitos setores, como a indústria canavieira, a de grãos, a fruticultura tem essa capacidade de fazer o multiplicador na geração de emprego. E tudo isso bem relatado pela vossa senhoria, me pareceu que para que esse cartel pudesse existir, perpetuar, o

CADE não cumpriu seu papel, não vem cumprindo seu papel, tem a complacência do CADE para que as coisas estejam nesse estado? Essa é minha pergunta.

O SR. FLÁVIO DE CARVALHO PINTO VIEGAS - Eu tenho certeza disso. Porque não foi só o fato do CADE não aprovar, não punir o cartel em momento nenhum, em todas essas denúncias. Nesse meio tempo, o processo de cartelização correndo no setor do CADE, várias fusões, compras de empresas, fechamento de empresa, foram aprovados. Quer dizer, foi aprovado a fusão entre o Citrosuco e Citrovia, foi aprovada a venda da Cargil para a Cutrale e para a Citrosuco. E várias outras empresas menores que foram absorvidas por essas empresas. Essas empresas em determinado momento fizeram uma compra disfarçada, compraram em leilões essas empresas menores que estavam em dificuldade e desmontaram as empresas, para impedir que essas empresas voltassem a funcionar. Então tem uma série de ações anti concorrenciais, que o CADE não cuidou, não analisou. Inclusive essa questão da verticalização do plantio dos pomares próprios.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CURY - PPS - Mais algum inscrito?

O SR. PEDRO KAKÁ - PODE - Somente uma consideração, na verdade nós estamos correndo atrás de apenas um agente. Considerando as grandes empresas como um agente, eu acho que a CPI tem que entender que o problema não está só nas empresas de suco, o problema está no consórcio, nos agentes que fazem parte do CADE, que permitiu e permite a perpetuação. E, provavelmente, daqui 40 anos nós vamos estar assistindo nessa atuada, talvez igual ou até pior que nós estamos hoje.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CURY - PPS - Mais algum deputado?
Deputado Helinho Nishimoto.

O SR. HÉLIO NISHIMOTO - PSDB - Presidente, colegas deputados aqui, amigos que nos visitam. Eu sou suplente desta CPI, mas eu tenho uns questionamentos que estou achando muito interessante a colocação do Sr. Flávio. Não se vislumbra nenhum caminho para tirar essas informações aí que até hoje estão sob confidencialidade lá no CADE? Tem algum caminho que está sendo visto?

O SR. FLÁVIO DE CARVALHO PINTO VIEGAS - Nós vamos tentar medidas judiciais. Mas o CADE já antecipou aqui que não vai abrir, que se um juiz requisitar eles vão apresentar essa decisão da desembargadora, então não vai ser um caminho fácil, nós vamos trabalhar para conseguir acessar isso aí.

O SR. HÉLIO NISHIMOTO - PSDB - Mas há algum pedido em alguma instância judicial?

O SR. FLÁVIO DE CARVALHO PINTO VIEGAS - Nós entramos com alguns pedidos, mas precisamos afinar mais isso para aprofundar essa cobrança. Porque nós pedimos inicialmente para o CADE, que inclusive acho que nem respondeu nosso pedido. Nós estávamos aguardando uma negativa do CADE para entrar com uma medida judicial. E vamos entrar, porque eles não dão resposta.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CURY - PPS - Deputado Hélio, só para fazer uma observação no comentário que o deputado fez, nos chega a informação aqui da nossa assessoria, já havíamos feito esse pedido oficialmente através da CPI para que o CADE pudesse nos fornecer essas informações, as bases desse acordo e tudo mais. Eles ainda não nos enviaram. Nós podemos ter a oportunidade de deliberar, porque isso pode ser obtido através de um mandado de segurança impetrado aqui pelos deputados da Assembleia, membros pertencentes à comissão. Então isso pode ser objeto de apreciação e de possível deliberação dessa comissão, se nós entendermos que o não encaminhamento deles para nós, e eu acho que isso é extremamente importante, a gente pode deliberar isso e andar com esse mandado de segurança.

O SR. HÉLIO NISHIMOTO - PSDB - Parabéns, presidente. A CPI trabalha bem nessa direção. E eu acredito até que a própria associação deveria entrar via judicial até mesmo antes que tenha qualquer informação, para correr até paralelo isso. Porque impossível a gente acreditar que seja séria essa decisão de confidencialidade, sendo que matéria, em relação ao cartel, não é necessário ter outros tipos de informações da empresa, que sejam sigilosos e que o CADE não possa abrir. Segunda questão...

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - ...só pela oportunidade, deputado Hélio Nishimoto.

O SR. HÉLIO NISHIMOTO - PSDB - Pois não, deputado Zé Zico.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - É que nós já estamos com três semanas nessa CPI. Eu acho que V. Exa. podia formalizar e nós aprovarmos um requerimento nos termos que V. Exa. está fazendo aqui, que eu acho que a gente não pode esperar que daqui dois meses eles falam: “não, a CPI está no fim”.

O SR. HÉLIO NISHIMOTO - PSDB - Verdade. Eu como substituto aqui desta comissão, fiquei preocupado com as colocações e com o andamento desse procedimento.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - É que eu concordo com a colocação de vossa excelência.

O SR. HÉLIO NISHIMOTO - PSDB - Talvez não seja a minha iniciativa, eu estou substituindo o nobre deputado Barros Munhoz. Eu fiquei inquieto com essa situação que eu vejo relatada pelo Dr. Flávio, por isso que eu questioneei.

Outra coisa, de nenhuma forma foi reparado esses prejuízos aos produtores.

O SR. FLÁVIO DE CARVALHO PINTO VIEGAS - Não, de nenhuma forma.

O SR. HÉLIO NISHIMOTO - PSDB - De nenhuma forma. Há também algum caminho, algum pedido de reparação por meio de indenização via judicial?

O SR. FLÁVIO DE CARVALHO PINTO VIEGAS - Nós estamos preparando uma ação civil pública, também não sei se a CPI poderia encaminhar uma ação civil pública, porque seria um caminho que ajudaria bastante. Porque estávamos tentando fazer através do Ministério Público Estadual, do Ministério Público Federal, mas a gente está tendo uma certa dificuldade em conseguir um apoio, o interesse dos promotores. Então é uma questão que eu coloco aqui para a Assembleia verificar se há a possibilidade da Assembleia ou através da Assembleia, entrar com uma ação civil pública a pedido de indenização aos produtores prejudicados pelo cartel.

O SR. HÉLIO NISHIMOTO - PSDB - Ok, eram essas as questões. Obrigado, Sr. Viegas. Obrigado, presidente.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CURY - PPS - Mais algum deputado?

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - Não, presidente, eu queria entender isso, porque eu acho que a colocação do deputado Hélio Nishimoto é pertinente nesta comissão. Aqui nós temos procuradores da Casa, queria que explicassem para nós, porque já tem três semanas e nós já temos que começar a andar com isso.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CURY - PPS - Deputado Zico, estávamos conversando agora justamente com o procurador Beneton, com a nossa assessoria, nós fizemos o pedido, tem um prazo a ser cumprido para que a gente possa obter essas informações e essa documentação. O prazo está vencendo, findado este prazo - acredito que a gente vai confirmar essa data, essa informação - no decorrer da próxima semana até a nossa próxima reunião, a gente tem a oportunidade de colocar, como eu disse anteriormente, em apreciação aqui do plenário, e deliberar para que a gente entre então, impetre o mandado de segurança, para que a gente faça esse pedido.

Informou a questão que é diretamente no Supremo Tribunal Federal, STF. Nós já tivemos casos anteriores semelhantes a este da qual o tribunal negou essa documentação análoga a que a gente está pedindo aqui, em questões de CPI anteriores também. Então nós vamos fazer um esforço para isso e vamos aguardar, porque na verdade é um âmbito federal. Nós vamos fazer o que é pertinente a esta comissão.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - Eu queria reforçar. Eu acho que a CPI, na mediada que pedir a CPI, em nome da CPI, nós podemos marcar uma...

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CURY - PPS - ...isso é possível, marcar uma...

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - ...marcar uma ida em Brasília para fazermos juntos. Senão nós vamos ficar trocando papel.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CURY - PPS - Concordo, o procurador Beneton acabou de sugerir isso, deputado José Zico, para que se essa for a nossa intenção, nós poderíamos estar indo lá, inclusive, para poder fazer esse trabalho pessoalmente. Respondido a sua dúvida?

O SR. MARCO VINHOLI - PSDB - Me inscrever aqui, presidente.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CURY - PPS - Por gentileza.

O SR. MARCO VINHOLI - PSDB - De forma bem sucinta aqui, primeiro questionar, nós temos até quatro e meia, depois entra na ordem do dia e não podemos dar sequência na CPI, correto? Nós temos ainda o Alonso da Faesp e o Antônio Júlio da Rural para darem sua contribuição. Então eu vou fazer alguns questionamentos e até pedir para que o Dr. Flávio Viegas, possa enviar por escrito, talvez, ou depois encaminhar para nós, para suprir o tempo necessário.

Mas, de forma muito clara, com três semanas de CPI, confesso que já tem uma teia na minha cabeça, desenrolada, dos tentáculos desse cartel. Desde desconfiança na ação do CADE, que tem mais de 20, que teve uma legislação alterada em 2010 para que se pudesse fazer um acordo de leniência com o cartel. Passando também por entender o papel das associações ligadas a citricultura no estado, quem defende de fato o produtor, quem tem um papel nesse jogo que faz parte de todo um ciclo que foi implementado por essas empresas durante os anos. Nós temos um papel fundamental para as próximas reuniões, eu queria discutir isso com os pares aqui. Nós sabemos que na última reunião, como eu disse aqui no início, as oitivas que tivemos não foram satisfatórias. Eles muito bem organizados, de forma consistentes, vieram aqui para não falar nada.

Então queria sugerir, e depois vou protocolar esse requerimento presidente, para que possamos fazer oitivas individuais para identificar quem são as pessoas das empresas que vão ter alguma coisa para falar para nós, de fato. Se é o presidente, se é o advogado, se é o diretor financeiro, quem são essas pessoas para a gente convocar, de fato, e conseguir dar essa resposta para ter, através deles, mais informações. Para vocês terem uma ideia, não quiseram dar nem o preço que eles pagam em uma caixa de laranja, dizendo que era informação confidencial.

Então com os poderes que tem uma CPI, que possamos ir atrás mesmo. Se precisar quebrar sigilo, vamos quebrar, se precisar fazer requerimento de informação

obrigatório, nós vamos fazer. Mas que possamos pensar. Vou fazer um requerimento para a próxima reunião, juntos aqui, quem são as pessoas, de fato, dessas empresas, que devem vir fazer os esclarecimentos aqui.

Queria deixar as perguntas para o Dr. Flávio e dizer a ele aqui que nós estamos nessa luta, alguns há mais tempo como o Zico, como o Sardelli, eu, Pedro, o Helinho, Fernando a menos tempo, mas que é a luta da sua vida essa. O Flávio está nessa história há mais de 30 anos.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - Eu acho que você não tinha nascido ainda.

O SR. MARCO VINHOLI - PSDB - Eu não tinha nascido. A primeira coisa que o meu pai me falou foi: “vai lá no Dr. Flávio Viegas que esse tem as informações. Foi o primeiro a poder discutir com a indústria com dados, falar: “você aqui estão falando errado para nós, nós temos essa precificação, esse tamanho na laranja”. Então a gente servia aqui, Dr. Flávio, como instrumento dessa luta. Nós poderemos tirar um caldo desta CPI. E eu questiono a você, deixo aqui para que você possa encaminhar e depois, por escrito, até pelo tempo, se uma empresa pequena e média não produzirem quase que a totalidade do que ela vai esmagar e fazer suco de laranja, é possível ela existir ou não? A pressão das grandes faz com que ela não exista, formando aí uma irregularidade na lei de cartel brasileira?

Dois, qual o papel das entidades, o Concitrus, em qual estágio que está? Se existe boicote da indústria para ele não funcionar, e se você acha que o atraso para ele funcionar tem alguma coisa a ver com essa relação do cartel.

Três, qual o papel do Fundecitrus nisso tudo? Quatro, nós temos uma relação antiga de quase 20 anos do CADE, você citou algumas aquisições. E eu reparei, deputados, que em cada uma dessas vezes, o Ministério Público, que faz parte do CADE, se manifestou contrário, alertando que teriam sérios riscos jurídicos a essas aquisições, a esses acordos que foram feitos no CADE. Então queria perguntar para você, qual o papel do CADE nisso tudo?

Também, você citou algumas vezes sobre possíveis documentos desse cartel. Até tem história de uma carta que existia, que seria guardada em cofre, sobre acordo antigo dessas empresas que ronda a história da citricultura, queria perguntar a você se o cartel existe depois desse acordo de leniência, uma importante função dessa CPI, verificar olhando para trás, mas olhando para frente também. O cartel persiste? O cartel, depois

de novembro de 2016, quando foi feito esse acordo, que nem mesmo esse acordo é reconhecido, persiste ou mudou alguma coisa?

E também, pedir a você, nós tivemos uma dificuldade muito grande. Nós tentamos fazer uma relação de preço, quanto paga uma média, quanto paga uma grande, é um cartel às avessas esse, é um cartel não no preço do suco de laranja, mas no preço da compra da laranja. Então existe uma desconfiança grande que se dividem regiões: “a região de noroeste paulista é de tal empresa, a região tal é de tal empresa”, e o preço que é praticado. Se você pode nos trazer alguma informação acerca do preço que vem sendo praticado, médio, por essas empresas, de uma possível divisão regional entre elas e que possa nos abastecer entorno disso, Dr. Flávio.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CURY - PPS - Bom, não havendo mais inscrição dos nobres deputados para que a gente continue o nosso questionamento para o Dr. Flávio, eu gostaria de agradecê-lo por estar aqui no dia de hoje. Já estive anteriormente, nossa primeira reunião informal. E que nós vamos então, assim como disse o deputado Marco Vinholi, entrar em contato para que a gente possa trocar mais informações acerca desses questionamentos.

Está correto o deputado Marco quando fala que nós temos que suspender, encerrar a nossa reunião por conta da ordem do dia, mas nós já entramos em contato aqui, vai ser nos avisado quando tivermos que encerrar, porque as vezes pode atrasar um pouco o início da nossa sessão. Obrigado, Sr. Flávio, agradeço.

Gostaria de chamar o representante da Faesp. Pode ser.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - Pela ordem, presidente.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CURY - PPS - Por gentileza.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - Já são quatro horas e 20 minutos, quase. E eu não sei, pode ser que a sessão prorrogue até cinco e meia, eu não sei qual vai ser, mas que a gente pudesse ouvir os dois e a gente fazer depois, cada um vai anotando, para que a gente possa pelo menos aproveitar a presença dos dois aqui.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CURY - PPS - Ok. A sugestão do Alonso é que a gente inverta. Os dois juntos? Tudo bem. Por gentileza.

O SR. - Zico, os dois juntos não perdem o foco?

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - Não, ouvir os dois juntos, não estou dizendo ouvir que os dois...

O SR. - Ouve primeiro um e depois outro, correto?

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CURY - PPS - Nós vamos seguir o mesmo modelo da fala anterior, se vocês puderem se apresentar e fazer uma explanação acerca do tema que nós estamos discutindo aqui nesta comissão e depois a gente, se houver tempo hábil, rapidamente dos deputados, ou então vamos acatar a sugestão do deputado José Zico para podermos fazer nossos questionamentos por escrito depois.

O SR. ANTÔNIO JÚLIO - Boa tarde a todos. Eu queria começar cumprimentando o deputado Fernando Cury, deputado Hélio Nishimoto, Chico Sardelli que foi um grande incentivador desde o ano de 99 lá em Brasília, junto ao deputado Marco Cintra, a época. Deputado Pedro Kaká, Ricardo Madalena, Marco Vinholi, que tem ajudado bastante, o incansável José Zico Prado, já estamos na estrada de 99 nessa luta terrível. E o deputado Barros Munhoz que foi o promotor desta CPI.

Eu, já sabendo mais ou menos a linha que o Dr. Flávio ia tomar, eu já tinha preparado aqui uma pasta para orientar que os deputados, de toda essa documentação que eu venho juntando desde o ano de 99. Essa CPI, na verdade, nasceu na Sociedade Rural Brasileira, esta denúncia, no ano de 99. A Sociedade Rural Brasileira é uma entidade de 98 anos de idade que sempre está defendendo a convicção na frente das conveniências.

Durante esses 18 anos, eu venho guardando uma documentação, depois posso passar para vocês, que eu sei que o tempo é muito curto, mas eu tenho acompanhado aqui as declarações, todas as reuniões da CPI e eu fiquei muito triste pelo que eu assisti semana passada, porque a gente percebe que a indústria continua na mesma linha. Eu ia até propor que a Citrus BR mudasse o nome para Embromation Citurs BR, porque o que eles fizeram foi uma falta de respeito total com os membros desta Casa. O que foi percebido é que as três indústrias se conversaram e fizeram o mesmo discursinho que nós conhecemos desde sempre.

Eu acho que a citricultura aqui no estado de São Paulo, no Brasil, ela tem jeito, existe o futuro. Nós fizemos o Consecitrus, chegamos a discutir muito ele, mas talvez por falta de fruta, por falta de interesse da indústria, a coisa parou. Então eu vejo dois momentos da citricultura, é o antes Consecitrus e o depois do Consecitrus.

O que eu queria alertar os senhores, muito fortemente, é que no dia 23 de novembro houve a condenação do CADE. Esse é o primeiro caso de leniência que existiu aqui no Brasil. Esse processo só não acabou antes porque existe o leniente que sabe tudo, eu acho que é muito importante a convocação dele. E mais importante dizer que houve uma condenação. Tanto é que alguns diretores das indústrias tiveram vários problemas criminais, eles estão com advogados criminais. Quer dizer, alguns até o CPF foram cancelados, alguns não estão nem mais com residência no Brasil. Nós precisamos forçar sim, o CADE tem que nos falar o que foi feito.

Nós da produção vamos atrás de uma reparação financeira sim, lógico, é nosso direito. Eu só queria lembrar aos senhores que além deles terem feito essa agressão em cima dos produtores, eles também prejudicaram a cidade onde vários prefeitos aqui do setor citrícola estão. E não só isso, afetaram fortemente o estado de São Paulo, deixaram de pagar impostos. Então o negócio foi combinar de maneira tal que todo mundo foi afetado. Eu acho que os senhores têm que levar isso fortemente em consideração.

Eu fui produtor dos anos 70 até 2012. Eu tenho fita gravada aqui comigo, dentro desta pasta aqui, de ameaças que eu tomei da indústria, ameaçando que iam derrubar minha safra de laranja se a gente não assinasse papel. Eu me preparei para sair do setor de suco de laranja, porque eu sabia que eu nunca mais ia poder colher uma caixa de laranja, eu me preparei e gravei tudo, sim, senhor. Quando você é tratado de forma incorreta, você usa da mesma moeda. Então eu tenho uma série de documentos aqui comigo que comprovam tudo o que eu digo. E eu duvido que alguém que está sendo acusado aqui, duvido que essa pessoa possa dizer que meus documentos não são verdadeiros.

Eu acompanhei durante os anos de 2000 até 2006, estive em Brasília diversas vezes na Secretaria de Direito Econômico, na época o ministro era o Tomás Bastos, secretário de direito econômico era o Daniel Goldberg. Nós falamos: “secretário, você vai atirar em um passarinho e vai cair um elefante, ele não acreditou”. Quando foi feita a operação Fanta em janeiro de 2006, foi aquele corre-corre danado. A riqueza de documentações que foi apreendida nessas operações, os senhores não têm

conhecimento, é um negócio grandioso. É por isso que está essa confusão, mostra ou não mostra, é um negócio que nós precisamos dar um jeito.

Mas, complementando, eu também tenho entro desta pasta, porque em 99 foi uma super safra de laranja, 400 milhões de caixas, o cartel combinou que eles deixaram de colher 30% de toda a produção dos produtores. E assim foi feito, todos perderam 30% O leniente na época era o diretor industrial da indústria que eu fornecia.

O SR. - Que é o Sr. Ricardo Machado.

O SR. ANTÔNIO JÚLIO - Depois disso, eu tive uma informação que a Dreyfus estava fazendo falcatruas no processamento de suco de laranja. Montamos uma equipe, pegamos auditores e fizemos uma auditoria brava na Dreyfus. Eu estou com documentos aqui que comprovam que ela fraudou 15 mil e 200 toneladas de suco. Um grupo de produtores, o qual eu me incluo, são 15 processos, nós entramos na justiça, já estamos com 95% dos processos ganhos. E mais, depois eu fiz uma denúncia de fraude fiscal ao gabinete do governador Geraldo Alckmin e ao secretário na época, O Calabi. Inclusive eu estou com um papel que depois eu tentei falar novamente com o secretário Renato Vilela.

Essa fraude, se vocês levaram em conta hoje 15 mil toneladas de suco, ela dá um montante de 98 milhões de reais. Quer dizer, isso eles tiraram dos produtores. Mas, novamente, deixaram de recolher impostos ao estado e as cidades de origem.

Então isso tudo é muito triste, estar falando isso aqui, porque a Rural, a Associtrus, a Faesp, tem gente honesta, gente que bota a mão na massa, gente pequenininha. Perguntaram aqui, o estado de São Paulo, tamanho médio das propriedades é de 67 hectares, 85% dos produtores de laranja tem até 20 mil árvores. Então é um negócio que distribui renda, muita gente era empregado. E como diz aí o Dr. Flávio, hoje parece que são 150 propriedades que estão detendo quase mais da grande maioria da safra.

Para complementar, eu trouxe aqui, vou deixar com o deputado, uma série de reportagens que saíram na imprensa durante esses anos todos, que inclusive a procuradora do CADE diz que essa multa foi uma brincadeira, porque na época ela chegou à conclusão de que a fraude chegou ao número de dois bilhões de reais que teria que ser corrigido. Inclusive, aqui na reportagem é dito, claramente, que essa multa de

301 milhões de reais foi considerada uma multinha, uma pequena brincadeira. Isso aí é mais ou menos uma semana de fabricação de suco de laranja.

Então eu acho que o Brasil está mudando, nós precisamos realmente tocar o Brasil do jeito que ele precisa ser tocado. E os senhores têm uma chance histórica, acho que até mais um compromisso, de resolver esse problema da laranja, porque nós precisamos dar um fim nisso aí. Não existe produtor sem indústria e indústria sem produtor. Nós precisamos chegar a um bom termo, precisamos tocar a vida das pessoas. Não é possível que a gente continue sendo esmagado e só sobre aí o bagaço do suco da laranja, que são os coitados dos produtores que, enfim, quem paga é o elo mais fraco.

Era isso que eu queria falar rapidamente. E eu vou passar para o Alonso, depois se os senhores quiserem fazer alguma pergunta, estamos à disposição. Só lembrando, deputado Chico Sardelli e os deputados que estiveram presentes aqui na semana passada, várias perguntas foram feitas, inclusive, e o financiamento do BNDES?

O SR. - Era uma das perguntas que eu faria.

O SR. ANTÔNIO JÚLIO - É bom que o deputado Mendes Thame, ele conhece muito bem esse assunto, ele é um grande batalhador. Ninguém respondeu nada. Juros muito atrativos foram passados ao pessoal da produção, tem muita coisa para ser esclarecida. Ok? Obrigado

O SR. - Pela ordem, presidente. Gostaria de perguntar, aproveitar esse momento, primeiro, quando o senhor era produtor, o senhor chegou a recorrer a algum banco, ao BNDES para buscar dinheiro subsidiado?

O SR. ANTÔNIO JÚLIO - Bom, a gente como produtor sempre usamos os recursos do crédito rural, isso todo o produtor faz para tocar sua atividade. Mas eu penso que juros tão amigáveis, a grande maioria nunca...

O SR. - No BNDES o senhor nunca...

O SR. ANTÔNIO JÚLIO - Não. E fora que você tem que dar, praticamente, a sua propriedade em garantia.

O SR. - O BNDES no Brasil é uma vergonha, ele só empresta dinheiro para quem não precisa, efetivamente ou na pouca vergonha que nós acabamos de ver agora essa questão da JBS, maiores processadores de carne do mundo a custo do sangue, do suor do povo brasileiro. Uma vergonha. Acho que deveria ter também... Acho não, com certeza, uma devassa nesse BNDES, para mostrar que efetivamente o BNDES que é um banco para poder ajudar o fomento daqueles que necessitam de ajuda para poder crescer, é ao contrário, eles só emprestam dinheiro para quem efetivamente não precisa ou para poder esconder a falcatrua que nós estamos vendo agora nesse momento nesse país.

O SR. ANTÔNIO JÚLIO - O senhor tem toda a razão. Inclusive várias plantas frigoríficas foram fechadas, assim como as pequenas indústrias de laranja, e agora o governo está com o mico na mão, ele vai repassar essas plantas fechadas para pequenos frigoríficos porque o mercado de carne está completamente parado, vai sobrar boi e o preço vai despencar.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CURY - PPS - Essa documentação pode ficar em nossa posse, Antônio?

O SR. ANTÔNIO JÚLIO - Isso estou entregando para o senhor, inclusive, a fraude fiscal comprovada, estou com essa maleta aqui de documentos, ela comprava tudo o que estou dizendo e isso encontra-se na Secretaria da Fazenda. Eu estou deixando isso aqui porque isso aqui eu acho que tem que ir atrás. Nessa crise, é dinheiro que está lá, o governo precisa cobrar isso aí. Eu já fiz essa denúncia, cobrei o ex-secretário da Fazenda. Estou deixando isso aqui e espero que vocês corram atrás disso aí porque tem muito dinheiro que foi sonegado.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - Pela ordem, presidente, só pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CURY - PPS - Deputado Zico, por gentileza.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - É que o Júlio está deixando uma pasta menor e tem uma mala de documentos. Júlio, isso é resumo?

O SR. ANTÔNIO JÚLIO - Isso é o resumo da denúncia. Eu trouxe a documentação toda, porque se fosse o caso poderia até deixar aqui. Eu já deixei isso na Secretaria da Fazenda, uma igualzinha essa aqui.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - Eu queria, se pudesse, porque as nossas assessorias poderiam dar pelo menos uma olhada para que a gente pudesse ter clareza do tamanho desse documento. Não que a gente esteja duvidando do Júlio, já conhecemos, sabemos da capacidade, de toda a luta que ele fez, mas que a gente pudesse ter argumento na nossa discussão aqui na CPI.

O SR. ANTÔNIO JÚLIO - Eu fiz uma pequena conta hoje antes de sair do escritório, eu peguei a fraude, inclusive os acórdãos no Tribunal de Justiça, emanam que as autoridades competentes apurem o número. Porque na realidade são 15 processos, 95 já liquidamos, já está correndo taxa Selic, já está ganho. Por curiosidade, eu só peguei hoje o valor da tonelada de suco, que é 138 dólares ponto 15 e fiz a conversão para dólares e depois reais. Então eu cheguei, hoje a tonelada de suco é por volta de seis mil 570 reais a tonelada. Você multiplica por 15 mil, você chega no valor de 98 milhões de reais. Quer dizer, isso foi feito lá atrás. Tem que ter algum tipo de correção.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CURY - PPS - Nós vamos tirar cópia, deputado José Zico, e encaminhar para o gabinete dos respectivos deputados membros desta comissão para que todos tenham acesso e vamos submeter também, a princípio, a análise da procuradoria aqui da assembleia que nos dá auxílio nessa comissão. Procuradores que perfeitamente possam olhar essa documentação, talvez algum dado, alguma informação mais técnica, que não seja do conhecimento da procuradoria, nós vamos buscar as informações através da sociedade aqui com o Antônio Júlio. A gente vai receber os documentos aqui. Com a palavra, deputado Chico Sardelli.

O SR. CHICO SARDELLI - PV - Eu ia pedir se eu posso complementar, porque eu tenho uma reunião de bancada na sequência, antes da fala do Alonso, se eu poderia fazer as minhas...

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CURY - PPS - Por gentileza, deputado Chico.

O SR. CHICO SARDELLI - PV - Eu tenho mais duas ou três questões só. O que efetivamente vocês precisam do CADE e por quê?

O SR. ANTÔNIO JÚLIO - Nós precisamos saber a confissão e precisamos saber os anexos. E dependendo do que está lá dentro da confissão, que o Dr. Flávio falou que é qualquer coisinha, nós não temos como buscar uma reparação financeira. Então nós precisamos conhecer, na verdade, o que está lá dentro, para saber se as associações de produtores terão ou não a chance de fazer uma ação coletiva, é só isso que nós queremos.

O SR. CHICO SARDELLI - PV - Essa CPI, Sr. Presidente, ela tem esse poder de requerer ao CADE esse processo?

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CURY - PPS - Já foi requerido, inclusive.

O SR. CHICO SARDELLI - PV - Mas nós não temos nenhuma...

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CURY - PPS - Ainda não recebemos a documentação.

O SR. CHICO SARDELLI - PV - Esse processo no CADE corre em segredo de justiça, isso?

O SR. ANTÔNIO JÚLIO - Sim. Eu gostaria de lembrar que não foram só os produtores, é isso que eu reforço. É que vocês vão receber os prefeitos dos municípios citrícolas. A economia dos municípios, o estado, todo mundo foi afetado por esse crime que foi cometido, foi confessado esse crime. Eles estiveram aqui na semana passada, falaram que nunca ouviram falar em CADE. Vai ver que eles acreditam que elefante também voa. É um negócio, no mínimo abominável. Eles brincaram com os senhores, é uma pena.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - Chico, é importante ouvir os prefeitos agora, mas em 99 eu estive em Tabatinga, o município estava arrasado, não tinha dinheiro para creche e quando que era um dos maiores municípios produtores de laranja. Então a gente precisa aprofundar isso com o prefeito porque também a perca não é só dos estados, mas dos municípios.

O SR. CHICO SARDELLI - PV - Com certeza absoluta, os municípios perdem na sua arrecadação, o estado também foi lesado nessas operações, e acho que nós temos que forçar para ter a possibilidade de ter essa decisão do CADE. Porque segundo o que eu ouvi aqui, 95% desse processo ganho, é isso?

O SR. ANTÔNIO JÚLIO - Exatamente. Eu trouxe só dois acórdãos. E os desembargadores manda que os órgãos competentes corram atrás disso aí.

O SR. CHICO SARDELLI - PV - A questão das outorgas, Antônio.

O SR. ANTÔNIO JÚLIO - Outorgas d'água?

O SR. CHICO SARDELLI - PV - Isso.

O SR. ANTÔNIO JÚLIO - Eu não posso afirmar com 100% de certeza, mas a gente escuta falar muita coisa no setor, o Alonso talvez possa ajudar nisso aí. Mas escuta-se no mercado que nem todo mundo tem as outorgas atualizadas, corretas, era outra coisa que pudesse ser investigada via Secretaria da Agricultura e Secretaria do Meio Ambiente, porque é a irrigação.

O SR. CHICO SARDELLI - PV - Eu acho que caberia um requerimento de alguém do DAEE, porque eles também dão outorga para poder ter a retirada de águas sobre o rio, seria importante isso, presidente e relator, para que pudéssemos ter a veracidade disso, se isso é abusivo, se isso efetivamente é declarado, se eles pagam por isso.

O SR. ANTÔNIO JÚLIO - Esses dados existem na Secretaria da Agricultura e Secretaria do Meio Ambiente, com certeza. É questão de fazer um levantamento.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - Eu queria propor por Sardelli, que está levantando, faze rum requerimento para a gente aprovar na próxima.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CURY - PPS - Deputado Chico, podemos contar com a colaboração e vossa excelência?

O SR. CHICO SARDELLI - PV - Pode. Dr. Fábio não está aqui não, não o vi por aqui. Mas tudo bem, eu vou providenciar este requerimento. E eu ouvi falar naquela oportunidade, voltando um pouquinho, antes de chegarmos nas fitas gravadas, que esse documento foi gravado a sete chaves em um cofre, era estilo uma reunião de máfia, eles se reuniam, faziam um documento que era o pacto de sangue para poder, efetivamente, disseminar, arrasar o mercado da citricultura. Esse documento, esse contrato onde dizia das porcentagens de cada um, o quanto de mercado, o quanto eles dividiam, como eles dividiam, o lucro de tudo isso, porque alguém ganhava e, com certeza, alguma grande maioria perdia. Vocês tiveram acesso a esse documento?

O SR. ANTÔNIO JÚLIO - Esse documento que o senhor está dizendo é o acordo do Jardins. Eu, quando estive na Secretaria de Direito Econômico, cheguei a ver esse documento, não tenho ele comigo, eu imagino que o leniente, como fez parte do cartel, ele deve ter isso aí. Eu estive em uma reunião com o Dr. Daniel Goldberg na época, ele me segurou lá e fizemos uma checagem junto à Polícia Federal, a Polícia Federal foi até o gabinete dele, foi comprovada a veracidade do documento. Agora é aquela história, esses documentos estão todos presos lá, a gente não tem acesso e eu não tenho cópia dele, mas eu posso lhe afirmar que eu conheço esse documento, que eu cheguei a vê-lo.

O SR. CHICO SARDELLI - PV - Eu lembro também, na época, embora eu não tive cópia desse documento, que é um verdadeiro escândalo mundial. Esse documento traduz todos os acórdãos que eles tinham entre si para poder ganhar o dinheiro deles aí, afetando e destruindo, principalmente os pequenos produtores.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CURY - PPS - Deputado Chico, qual secretaria o deputado teve acesso à essa documentação?

O SR. ANTÔNIO JÚLIO - Secretaria de Direito Econômico em Brasília, e o secretário na época era o Daniel Goldberg.

O SR. CHICO SARDELLI - PV - Finalizando, essas fitas gravadas que o senhor tem também é de posse única e exclusiva sua? Não? Como é isso aí? Podemos ter acesso?

O SR. ANTÔNIO JÚLIO - Pode. Isso é uma gravação que eu fiz, inclusive tive o trabalho de pegar todas as contas telefônicas e ticar de amarelinho. Porque na época eles chegavam na sua fazenda com documento e falavam o seguinte: “ou você assina isso aqui ou não colhemos o resto da sua safra”, bom, eu estou tratando com bandido, vou fazer o mesmo serviço que eles fazem. Contratei uns arapongas, como é gravação sua você pode... Então fiz uma gravação, está aqui comigo, eu posso disponibilizar para os senhores. E mostra claramente um direto apertando: “ou você assina o documento, ou nós não colhemos a safra”. Agora, inclusive laudos feitos pela casa da agricultura demonstrando que existia laranja.

Foi uma operação escabrosa que fizeram em cima do produtor na época, só que o produtor não se defende, ele tem medo. Está cheio de gente aí hoje que tem laranja, que planta laranja, com quem eu converso, e que realmente ano quer falar nada, não fala porque diz: “eu ainda vivo da laranja, eu não vou ter mais para quem vender”, então as pessoas se acovardam. Eu, quando tomei essa atitude eu já sabia que não ia ficar no setor de laranja, eu me preparei para sair. Então eu aprendi também que se você enfrenta eles te respeitam, se você não enfrenta, eles vão continuar te esmagando. É isso.

O SR. CHICO SARDELLI - PV - Alguns dos artistas desse enredo, isso daria mais do que uma telenovela global. Dreyfus um grupo francês, Cargil, Cutrale, Citrosuco, Citrovita, Montescitrus e com certeza alguns outros que eu esqueci, que é bom lembrarmos.

Eu queria só como uma última colocação, presidente, nós já temos o dia que nós iremos ouvir o leniente Paulo Ricardo Machado? Já sabe a data?

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CURY - PPS - Nós temos um plano de trabalho que foi aprovado, nós temos as datas previamente elencadas, mas não definitivamente marcadas.

O SR. CHICO SARDELLI - PV - Não está definido ainda. Seria importante se pudéssemos ouvir antes do próximo, do final, para a gente poder ter subsídios para continuar trabalhando em cima, porque ele vai ser uma testemunha importante aqui do nosso trabalho que, com certeza, ele trará muitas coisas importantes para a gente pode desenvolver nosso trabalho aqui. Era isso...

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CURY - PPS - Deputado, o requerimento foi aprovado. Nós vamos convidar hoje e podemos encaixar na próxima data pertinente para que possamos fazer essa...

O SR. CHICO SARDELLI - PV - Ok, eu agradeço. Era essa minha participação. Por hora, Antônio, obrigado, prazer em revê-lo. Parabéns pela sua luta, é um verdadeiro herói nessa batalha.

O SR. ANTÔNIO JÚLIO - Contamos com essa casa, fortemente.

O SR. CHICO SARDELLI - PV - Se Deus quiser. E também do Alonso. Pena que não vou poder te ouvir, que eles estão me chamando. Mas está gravado, vou com certeza ler sua fala. Obrigado e até a próxima, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CURY - PPS - Obrigado, deputado Chico.

O SR. PEDRO KAKÁ - PODE - Pela ordem, Sr. Presidente. Eu quero perguntar ao seu Júlio, que na década de 90 o seu colega disse que nós tínhamos de 28 a 30 mil produtores.

O SR. ANTÔNIO JÚLIO - Correto.

O SR. PEDRO KAKÁ - PODE - Hoje, nós temos, segundo ele, oito mil produtores.

O SR. ANTÔNIO JÚLIO - Correto.

O SR. PEDRO KAKÁ - PODE - Correto. Na época, esses 28 a 30 mil produtores representava, na estrutura fundiária algo em torno de 67 hectares como é hoje?

O SR. ANTÔNIO JÚLIO - O tamanho médio da propriedade do estado de São Paulo, levantamento do Lupa que acho que é 2008, 67 hectares. Provavelmente, na década de 90, esse número era um pouco maior. Mas a cultura da laranja era muito importante para todos os municípios com quem os senhores irão conversar com os prefeitos, porque o dinheiro da laranja circula dentro da pequena cidade. Hoje, todo mundo que praticamente saiu da laranja foi para a cana. A cana não emprega gente como emprega laranja. Agora nós temos o protocolo ambiental, que até 2017, todas as propriedades têm que usar máquina para colher cana. A laranja emprega muita gente, a cana emprega menos.

Além do produtor, do filho, você não tem aquela passagem. Porque o filho vê o pai sofrendo tanto, plantou cana: “eu não quero mais fazer isso aqui, você já sofreu demais, você já perdeu na laranja”. Muita gente perdeu propriedade e muita gente morreu nesse período. Esse que é o grande agravante também.

O SR. PEDRO KAKÁ - PODE - O senhor falou que houve a sonegação fiscal.

O SR. ANTÔNIO JÚLIO - Correto

O SR. PEDRO KAKÁ - PODE - Essa sonegação fiscal se deu antes de maio de 2010 ou foi após?

O SR. ANTÔNIO JÚLIO - Essa sonegação veio junto ao ano de 99. Nós demoramos para descobrir isso aí. Nós descobrimos isso por conta de uma denúncia. Então nós fizemos uma perícia na indústria e essa perícia não foi fácil, porque liminares, apaga a luz da indústria, acende a luz da indústria. Eles enrolaram. Inclusive, a primeira

empresa que nós contratamos não quis, saiu no meio do nosso levantamento: “eu não posso mais fazer o trabalho para vocês”, nós tivemos que contratar outra empresa. Tudo isso demorou tempo, mas está comprovado. Tanto é que nós já ganhamos 95% dos processos.

O SR. PEDRO KAKÁ - PODE - Perfeito.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CURY - PPS - Mais algum deputado?

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - Não, só pela oportunidade que o Júlio falou. Desculpa, Júlio, eu te conheço de Júlio. Quando você falou que a esperança de vocês é na Consecitrus.

O SR. ANTÔNIO JÚLIO - Isso.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - Essa Consecitrus foi criada depois de 2014.

O SR. ANTÔNIO JÚLIO - Não, o Consecitrus, na realidade, foi feito quando eu passei lá pela Secretaria da Agricultura em 2010. O João Sampaio era o secretário da agricultura na época, quando ele saiu da secretaria, ele foi contratado pelas indústrias para ser o diretor geral. E aqui eu quero fazer um elogio, porque o João é muito amigo meu e quando nós fomos para a secretaria ele disse que não se envolveria no assunto da laranja, que tentaria fazer da melhor forma.

E várias vezes, depois de 2010, nós assinamos isso aí dia 25 de outubro de 2010, ao Consecitrus, ele foi tentado, falou: “olha, você precisa nos ajudar, dar uma segurada nos produtores”, “não, não posso, tenho um compromisso moral com amigos, com parentes”, eram todos laranjeiros. Ele foi muito correto no trato do Consecitrus. E o Consecitrus nada mais é que alguma coisa muito parecida que o Concecana. O Consecitrus vai estudar ações de marketing, vamos abrir mercado lá fora, custos, uma série de coisas que, ao meu ver, se tiver boa vontade funciona e vai funcionar muito bem. Agora, eu não sei porque parou.

O mercado de fruta hoje é pequeno, tem menos laranja do que tinha antes, talvez nesse momento não seja interessante. Porque eram três membros da produção e três

membros da indústria. Eram três de cada lado e tudo feito em conjunto. Eu acho que é uma bela saída.

O SR. - Pela ordem, eu acho que nós vamos falar isso com o secretário da agricultura, porque é ali na secretaria que a gente pode fazer uma conversa. Vou pedir para o secretário convidar ele para vir até aqui ou a gente marca com ele, vai lá a CPI, mas nós precisamos ter esses dados. Se é importante para o setor, porque não é uma coisa unilateral, tem os dois lados para ser ouvido.

O SR. ANTÔNIO JÚLIO - O industrial precisa ter na cabeça que o produtor é a galinha de ouro. O mercado de cana chegou à conclusão hoje que é muito mais barato ele ter um produtor que entrega a cana para ele, sadia, ótima, do que ele sair comprando terra, então ele tem a parte industrial e trata bem a parceria, é isso que nós precisamos fazer na laranja.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - Júlio, isso na agricultura, o leite é a mesma coisa. Eles matam a galinha de ovos de ouro. Eles pagam um preço irrisório para o leite que o cara vai embora. Com isso na agricultura, nós precisamos fazer uma discussão um pouco melhor.

O SR. ANTÔNIO JÚLIO - Correto.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CURY - PPS - Antônio Júlio, na prática, o Consecitrus hoje não tem atuação correta, quer que deveria ter sido, como que está isso hoje?

O SR. ANTÔNIO JÚLIO - Até a última informação que eu tenho, ele está parado.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CURY - PPS - Existe na teoria, na prática...

O SR. ANTÔNIO JÚLIO - O Consecitrus foi aprovado, agora estava sendo conversado o estatuto e ele está parado.

O SR. MARCO VINHOLI - PSDB - Ele está parado no CADE. Semelhanças e coincidências.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CURY - PPS - Desculpa a ignorância, mas qual a diferença entre o Consecitrus na prática, e o Fundecitrus?

O SR. ANTÔNIO JÚLIO - O Fundecitrus é uma associação que contempla produtores e indústrias de laranja. Hoje eles conversam sobre mecanismos de promoção de suco. Mas ele foi fundado na época para conversar mais sobre doenças. Lá atrás tinha o cancro cítrico. Na verdade, o Fundecitrus na prática, era comandado pelas grandes indústrias. O Alonso tem um companheiro na Faesp, o Marco Antônio dos Santos, que está lá há muitos anos. Eu participei do Fundecitrus na época em que estava na Secretaria da Agricultura, durante um curto espaço de tempo.

Depois nossa conselheira jurídica disse que não podíamos estar num lugar que estivesse conversando sobre preço, então nos retiramos. Mas a função dele, a criação dele foi muito importante. Deputado, o senhor pode ter certeza, eu tive laranja de 70 a 2012. Pouca gente teve um relatório da sua propriedade que o Fundecitrus tenha disponibilizado. Eles iam na minha propriedade e faziam todos os levantamentos. Acho que pouquíssima gente tem, eu não tenho um relatório de uma inspeção feita na minha propriedade durante esse espaço de anos que entreguei laranja. Acho que o Alonso pode confirmar, porque a Faesp realmente está em vários municípios do estado de São Paulo, e ele deve ter essa informação mais clara do que eu.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - Só para encerrar, Presidente. Vou fazer um requerimento oficiando a Secretaria da Fazenda, para informar se tem esses dados ou não. O prejuízo foi financeiro. Ou pedir para o secretário vir aqui, para entender o que estamos fazendo.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CURY - PPS - Mais algum deputado inscrito?

O SR. MARCO VINHOLI - PSDB - Sim, Presidente. Só para situar um pouco nessa história da Consecitrus. Foi feita uma reunião entre as partes, pelo que pude

estudar, e no momento em que os produtores, através desse organismo, tentaram pautar a discussão sobre preços, a indústria recuou e disse: “Não vamos tratar de preços aqui, esse fórum não era para isso”, e daí foi para o CADE e empacou essa história do fórum, que foi feito para discussão de preços.

Por isso apresentamos aqui o convite para vir, e também para vir a Fundecitrus, para apurarmos um pouco. Ela é o que acaba determinando um pouco esse preço, pelo tamanho da safra.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CURY - PPS - Eu estive lá, eles têm todo um trabalho de pesquisa da estimativa de safra do ano, é uma integração entre os produtores e indústria. Através disso, de uma certa forma eles acabam tendo oportunidade de poder gerir preço e conversar. Pelo que entendi, é uma parte um pouco mais extensionista, mais inflacional.

O SR. ANTÔNIO JÚLIO - É um trabalho maravilhoso que eles fazem, são muito importantes para...

O SR. MARCO VINHOLI - PSDB - Fazem um inventário do estado inteiro.

O SR. ANTÔNIO JÚLIO - Exatamente, lá eles têm técnicos de primeira linha sempre. Mas é o que eu digo, às vezes a informação não chega até o pequeno e médio produtor.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CURY - PPS - Na verdade, o que entendi é o seguinte. Eles apresentam todo o trabalho realizado de uma forma macro e global. Cada produtor não tem um resultado de sua propriedade, como disse o Antônio Júlio aqui. Eles apresentam a estimativa do global, do todo.

O SR. MARCO VINHOLI - PSDB - Exatamente.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - Por que ele não está a serviço do pequeno? A Fundecitrus nunca esteve, e nem do médio. Estou dizendo pequeno e médio porque misturo os dois, estão na mesma situação. A Fundecitrus sempre foi dominada pelos grandes.

O SR. MARCO VINHOLI - PSDB - Exatamente essa apuração e contexto que precisamos, através dessa CPI, estudar e ir à fundo. Eu disse no começo que a teia na minha cabeça começou a se fazer, e precisamos clarear através dessa CPI. Eu queria encaminhar para vocês as mesmas perguntas que fiz para o Dr. Flavio Viegas, para que possam encaminhar a essa Comissão. Queria depois questionar a parte técnica, tivemos aqui na última semana uma série de mentiras colocadas pelos depoentes, que vieram convocados e utilizaram essa Comissão de forma completamente inadequada.

Queria saber de que forma podemos agir nessa CPI, se entramos com uma ação contra eles, o que podemos fazer contra a forma lesiva que foi tratada essa Comissão Parlamentar de Inquérito, em prol dos produtores da citricultura paulista. Por fim, tivemos bastante atividades intensas nesses últimos dias, e quero pedir ao presidente que possa nos situar um pouco de como está esse plano de trabalho, e o que terá nessas próximas reuniões, para podermos saber da sequência dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CURY - PPS - Dando andamento aqui, enquanto pegamos a cópia do plano de trabalho para apresentar a vocês. Respondendo à pergunta do deputado Marco Vinholi, já começamos a ouvir, aproveitando o final da nossa reunião, o Alonso, representando a Faesp, para que possa fazer sua explanação e considerações para nossos membros. Obrigado pela presença Alonso.

O SR. ALONSO - Nós é que agradecemos. Boa tarde a todos e a todas. Cumprimentando meu amigo, deputado Fernando Cury - sou amigo, porque fui amigo de seu pai por muitos anos. Srs. Deputados e demais presentes, meu nome é José Eduardo de Paulo Alonso, e represento a Federação da Agricultura nesse momento, na pessoa do Dr. Fabio Meirelles, nosso presidente. Sou coordenador da Comissão de Citricultura daquela federação. Sou produtor de citros no município de Aguaí, no qual tenho a honra de presidir nosso Sindicato dos Produtores Rurais.

Queria começar dizendo, pelas palavras do nosso grande amigo Barros Munhoz na sessão passada, por que tanto segredo da indústria, do CADE, da justiça nesse processo? Por que temos tanta carência das verdadeiras informações? Se nem a maçonaria é mais secreta, talvez nem a máfia, por que as indústrias com esse segredo total de informações? Eu também saí daqui quinta-feira decepcionado, uma verdadeira

orquestra daqueles que aqui estiveram para responder em nome de suas respectivas empresas.

No momento fico aqui a pensar, com meus queridos produtores de citros de todo o estado de São Paulo, não foi só no final da década de 90, um verdadeiro desastre para os produtores de citros, sempre os pequenos, médios, mas agora recentemente, de 2011 a 2014, o que fizeram com os nossos produtores de citros com relação aos preços praticados pelo cartel da citricultura. Aí foi o verdadeiro desastre, porque não bastasse o greening, veio a questão do terço irrisório, que sequer dava para comparar o custo de produção de uma caixa de laranja.

Novamente fico a pensar, o produtor precisa da indústria? A indústria precisa do produtor? Certamente sempre foi assim, mas não deveria ser da forma como é tratado na questão do ressarcimento dos valores praticados na caixa de laranja, a todos nós produtores de citros. Se quiserem ter uma noção de quanto a indústria está plantando, é só consultar a Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo, a quantidade de viveiros que cada indústria tem em suas propriedades. São milhões e milhões de mudas.

Se não bastasse, estamos falando do estado de São Paulo, que a CPI está tratando, mas eles também têm produção no triângulo mineiro, com quantos viveiros de milhões de mudas em produção. Precisávamos buscar essas informações com nossos vizinhos mineiros também.

Na reunião passada foi dito por um dos depoentes, sobre a questão do controle de preço do mercado, em função do preço do suco. Eu não consigo entender. Aliás, dá para entender, qualquer um entendeu; o preço do suco nunca cai, se cai é muito pouco. E o preço da fruta sempre o produtor é prejudicado, de acordo com o que o cartel necessita ou pretende. Eles sempre necessitam, me parece, estar espezinhando o pequeno e médio produtor. Certamente, se a indústria precisa do produtor, será que só precisa do grande? Será que é isso que ela deseja, os produtores acima de milhões de caixas de laranjas? Dos grandes grupos, que já têm seus preços pré-estabelecidos em seus respectivos contratos?

Agora vou me referir a uma questão muito recente. Até final do ano a indústria saiu comprando a caixa de laranja a 26, 27 reais.

Agora no spot, com preço de portão, como assim é chamado, oferecendo 15, 16, 14. Por que essa tamanha diferença? Consultem o caderno de economia da “Folha de São Paulo” hoje, e vejam o que foi falado a respeito do suco de laranja. A falta de estoque mundial de suco, e o valor que está sendo praticado. Não está baixando, está

umentando significativamente. Tem lá, em torno de 22% o suco fresco, 25% o suco congelado. Até onde isso vai chegar?

E nós esperamos sim, eu faço das palavras dos que me antecederam, meu grande colega e batalhador, Flávio Viegas, de tantas décadas, da nossa querida Associtrus; o Junqueira, que também tem aqui todas as provas demonstradas do que esse cartel pratica com os produtores, e foi assim que ele saiu da área da produção de citros. E dessa forma eu me refiro também à Fundecitrus. Também sou engenheiro agrônomo com muito orgulho, e temos extraordinários colegas engenheiros agrônomos na Fundecitrus, economistas de todas as áreas profissionais.

Hoje eu diria que a Fundecitrus está ao lado do produtor ou da indústria? A sua grande receita para pagar esses profissionais vem da indústria, dos pequenos e médios, ou dos grandes produtores? Até então, alguns dias antes de ser divulgada essa nova safra 2017/2018, a minha propriedade ofereci, e sempre ofereço, porque lá se dirigem para que fizessem estimativas nas respectivas árvores. Como aqui já foi dito, as informações vêm no macro e os produtores pouco têm informações para que possamos, de uma forma mais objetiva e técnica, comparar os dados. Será que é essa mesma produção que foi estimada? Existe algum interesse, de uma hora para outra, se divulgar uma safra que até final do ano não era aquela divulgada recentemente?

E digo mais, não só na questão da indústria que compra a fruta para fabricação de sucos. Basta comprovar a atividade da indústria no mercado da fruta in natura, no Ceasa de São Paulo e em outros respectivas Ceasa, para contornar o preço dos produtores que também fornecem a fruta não para indústria, mas para mercado. Quando de uma hora para outra se entope os Ceasas de frutas, de produtores da indústria. O que acontece? Derruba o mercado da fruta in natura nos Ceasas, para pagar menos na hora que forem comprar dos produtores que querem vender as frutas para suas respectivas indústrias, de forma clara e demonstrada. Basta ir no Ceasa e comprovar.

Evidentemente não estamos aqui para criticar ou falar de quem quer que seja, só queremos - e temos certeza, porque acreditamos muito a curto prazo, nessa CPI. Foi dito que se nós na Federação da Agricultura, junto com a rural e a Associtrus, temos buscado informações jurídicas, e as portas têm sido fechadas para nossas atividades. No CADE e em outros segmentos também. Não tenham dúvida nenhuma, de que o Consecitrus, algo tão importante para nós produtores, não está tendo - e parece que não tem - interesse da indústria e nem do CADE. Está parado lá, é só ver e pedir.

Mas espero que essa CPI possa ter esse verdadeiro poder de buscar informações, se não em nível estadual e nacional, que faça também como aqui já foi dito, se necessário for, uma diligência até Brasília, nos órgãos que caibam esse tipo de atividade. Quero finalizar dizendo o que representa a citricultura para o estado de São Paulo e para o país, em nível de renda em emprego. Posso dizer claramente, com muita dor no coração, que o que aconteceu na nossa região e no estado de São Paulo foi um massacre das indústrias com os produtores de citros. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE FERNANDO CURY - PPS - Obrigado, querido Alonso. Algum deputado inscrito, para fazer uso da palavra? Algum questionamento ou informação ao Alonso?

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - Eu só queria saber quanto tempo nós temos. Será que já começou a sessão?

O SR. PRESIDENTE FERNANDO CURY - PPS - A nossa assessoria pediu que fosse comunicada para nos avisar.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - Então está valendo? É isso que quero saber.

O SR. PRESIDENTE FERNANDO CURY - PPS - Está valendo, podemos tocar.

O SR. PEDRO KAKÁ - PODE - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE FERNANDO CURY - PPS - Deputado Pedro Kaká.

O SR. PEDRO KAKÁ - PODE - O Sr. Alonso pode nos informar, o custo de produção que o senhor mencionou para os pequenos e médios, que naturalmente de acordo com sua escala deve ter sua variação. Mas quanto custa hoje para o pequeno produzir uma caixa de laranja? E quanto custa para o médio?

O SR. ALONSO - Nobre deputado, temos em nossa Federação da Agricultura nosso departamento econômico. Eu vou tomar a liberdade de encaminhar a essa

Comissão, com detalhes inclusive comparando os preços praticados nos últimos anos ao produtor, e o custo respectivo da produção.

O SR. PEDRO KAKÁ - PODE - Está certo. É que na realidade percebemos que existe aí, ainda que o senhor mencionasse que as indústrias expandem até no triângulo mineiro, evidente que a estratégia da indústria não é monopolizar 100% da produção, porque isso é até antieconômico. Eles só não perceberam que para o bem desse estado e do país, a relação entre indústria e produtores pode muito bem ter uma boa convivência, e ganhar mercados cada vez maiores - hoje não só Estados Unidos e Europa. Provavelmente o maior mercado que enxergamos hoje é a China.

Sei que o objetivo dessa CPI é lutar para que essa harmonia aconteça, porque a relação recíproca é importante. Temos que ter indústrias, e sobretudo um setor que emprega bastante pessoas, e com certeza traz equilíbrio social. Na verdade, esse prejuízo mencionado, deputado Zico, e o Chico Sardelli falou muito bem, a grande indústria tem braços não só no BNDES, acabou de falar que a Fundecitrus acaba tendo, ainda que lá dentro os profissionais sejam de boa galhardia, de responsabilidade e competência, mas o sistema parece que encaminha ao longo desses 40 anos para o que o senhor resumiu no final do seu discurso, um massacre ao produtor.

Mas não é só isso, é um massacre à sociedade, porque eles fazem parte. Muitas famílias dependem. Se a estrutura fundiária for 67 hectares, como disse muito bem o Antônio Junqueira, essa estrutura permite o emprego para muita gente. Cada vez que cada produtor pequeno ou médio sai do mercado, é mais pessoas que ficam desempregadas, as cidades lotam, e os prefeitos de inúmeros municípios que estão aqui recebem um ônus que não é pouco. Quero aqui me solidarizar ao senhor, mas enfatizar que não é só os produtores que estão sendo massacrados, é a sociedade paulista. Mais ainda, a sociedade brasileira.

O BNDES até pouco, não sei como será o futuro daqui para frente, mas o S é o que não existiu, é Banco de Desenvolvimento Econômico e Social. Acho que ele ajudou inclusive a verticalizar e cartelizar, a criar grandes grupos que na verdade, o papel do CADE deveria ser o contrário, e do BNDES também. Temos que ter esse consenso, de que nosso papel aqui, deputados, é de grande importância. Temos que buscar, tenham certeza que estaremos empenhados nisso. Obrigado.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - Pela ordem, Presidente. O Alonso fez uma explanação da situação toda, mas queria na colocação da importância do Consecitrus. Tem informação da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo? Parece que essa decisão também está no CADE, é isso que ouvi do Vinholi e é meu entendimento. Se está no CADE, o que a Secretaria da Fazenda e da Agricultura, e a CPI, juntas, podem fazer para reestabelecermos? É uma cadeia, Pedro, que está montada e dá prejuízo para o agricultor, para o Estado e para todo mundo.

Eu queria apresentar que falássemos com o secretário da Agricultura. Fazemos um requerimento, e se quiser posso fazer, para ele ser convidado na Comissão para falar sobre a Consecitrus. Vou apresentar o requerimento.

O SR. PRESIDENTE FERNANDO CURY - PPS - Mais algum deputado?

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - Eu queria agradecer o Alonso, estamos nessa briga já faz um bocado de tempo. Eu gostaria muito que agora em 2018 saíssemos pelo menos com uma mínima vitória para os produtores de laranja para o estado de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE FERNANDO CURY - PPS - Antes de partirmos para algumas considerações finais, queria agradecer ao Dr. Flávio Viegas que está se retirando, obrigado mais uma vez, querido. Agradecer o Antônio Júlio, representando SRB, e o Alonso pela Faesp. Obrigado por estarem junto conosco. Agora vamos firmes dar andamento aos nossos trabalhos.

Eu gostaria de pegar um pouco de carona no que disse o deputado Zico Prado. Eu acho que poderíamos, num primeiro momento, marcar uma visita de membros dessa CPI com o secretário da Agricultura, Arnaldo Jardim, e com o secretário da Fazenda. Num primeiro momento podemos marcar um bate-papo para tratarmos desse assunto, que talvez já obteríamos informações preliminares nessa reunião.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - Eu só queria deixar registrado aqui presidente, que se vai só os membros da CPI, eu acho que os três que fizeram o depoimento aqui hoje seriam importante de estarem juntos.

O SR. PRESIDENTE FERNANDO CURY - PPS - Tranquilo, acho que podemos sem problema algum convidar os que estavam.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - Tanto o Alonso, como o Júlio e o Viegas sabem da história que às vezes esquecemos no meio do caminho. Se eles puderem ir, gostaria muito que eles estivessem juntos, senão trazemos aqui, vamos lá... Não é que ele não vai falar, mas podem nos ajudar...

O SR. PRESIDENTE FERNANDO CURY - PPS - Com mais riquezas de detalhes. Fazemos o convite formal e oficial para a SRB, Faesp e para a Associtrus, para que nos acompanhem. Podemos combinar essa diligência em Brasília, temos aqui a questão do CADE, do TCC e do Consecitrus. Indo de encontro com o questionamento do deputado Marco Vinholi, nós temos aqui, já ouvimos os representantes da indústria...

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - Da indústria virgula, porque não falaram nada.

O SR. PRESIDENTE FERNANDO CURY - PPS - É, estou dizendo de cumprir um pouco a etapa do que o deputado Marco me perguntou. Agora o representante dos produtores. Nós teríamos que, em tese, seguindo nosso plano de trabalho, ouvir os representantes do CADE e os prefeitos das cidades e regiões citrícolas. Tiveram novos requerimentos que foram aprovados nas sessões da semana passada e nessa de hoje. Consultando a assessoria, não necessariamente temos que cumprir essa ordem cronológica da apresentação dos requerimentos.

Podemos organizar melhor isso para que possamos dar andamento. Já tivemos aprovado aqui, inclusive na reunião de hoje, o Paulo Ricardo Machado, proveniente do acordo do CADE. Podemos providenciar um requerimento para que ouçamos alguém responsável pelo CADE, alguma coisa nesse sentido, porque ainda não temos esses requerimentos, a não ser os solicitando documentações. Mas para que alguém viesse pessoalmente. Como consta no plano de trabalho podemos convidar, só temos que fazer um requerimento para isso.

Provavelmente vamos marcar nossa próxima reunião para semana que vem, terça ou quarta-feira, dependendo da disponibilidade dos plenários que possamos usar.

Acredito que posta essa reunião de hoje e as considerações finais, se não tiver mais nenhum deputado inscrito para fazer considerações, gostaria de dar por encerrada.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - Só agradecer ao Júlio, ao Alonso, ao Viegas e aos Srs. Deputados. Que nos empenhemos nessa questão, Secretaria da Agricultura, CADE, Fazenda e também essa ida a Brasília. Mas eu acho que para ir a Brasília temos que ir muito bem armados, como disse Vossa Excelência.

O SR. MARCO VINHOLI - PSDB - Eu não sei se pode, mas uma vez que aprovamos o requerimento, a próxima oitiva seria com prefeitos, é isso?

O SR. PRESIDENTE FERNANDO CURY - PPS - Na verdade está a cargo desta Presidência e dessa Comissão decidir. Embora tenha sido aprovado o plano de trabalho, deputado Marco, não somos obrigados a seguir os requerimentos que temos. Podemos deliberar sobre isso.

O SR. MARCO VINHOLI - PSDB - Eu ia citar para trazermos o leniente na próxima, acho que seria de bom proveito aos trabalhos termos as informações dele.

O SR. PRESIDENTE FERNANDO CURY - PPS - Esta Presidência se compromete a convidarmos o leniente para que esteja junto conosco. Então mais uma vez agradeço ao Antônio Júlio e ao Alonso, à SRB, à Faesp e todos os deputados aqui presentes. Declaro encerrada nossa reunião.

* * *